

# A INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DO ESTUDANTE

Edilane Silva de Almeida Morais<sup>1</sup>  
Jurandir de Almeida Araújo<sup>2</sup>

## RESUMO

A inclusão de alunos com deficiência na sala de aula da escola regular é, na atualidade, uma discussão em evidência. A legislação brasileira garante, mas a inclusão de fato no ambiente escolar deixa muito a desejar, muitas são as lacunas e dificuldades encontradas por estes estudantes para fazer valer os seus direitos a uma educação de qualidade, que atendam às suas demandas e necessidades. Assim, este artigo tem como objetivo compreender a concepção de uma estudante com deficiência visual acerca da sua inclusão no contexto da escola regular. Trata-se de uma pesquisa de abordagem social qualitativa, realizada numa escola da rede municipal de ensino do município de Lauro de Freitas, na Bahia, e teve como interlocutores uma aluna com deficiência visual, o gestor e o professor responsável pelo atendimento especializado. O estudo revelou que, diante das dificuldades das escolas brasileiras em incluir de fato os alunos com deficiência no dia a dia da sala de aula, o acolhimento da escola pesquisada, configura-se como um grande avanço no que diz respeito à inclusão de estudantes com deficiência visual, uma vez que, antes a aluna interlocutora com a pesquisa não se sentia acolhida e incluída na escola.

**Palavras-chaves:** Educação. Inclusão. Pessoa com Deficiência Visual.

## THE INCLUSION OF THE VISUAL DISABLED IN SCHOOL REGULA: AN ANALYSIS FROM THE STUDENT PERCEPTION

## ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities in the regular school classroom is currently a lively discussion. Brazilian legislation guarantees, but the inclusion of fact in the school environment leaves much to be desired, many are the gaps and difficulties encountered by these students to assert their rights to a quality education that meet their demands and needs. Thus, this article aims to understand the conception of a visually impaired student about their inclusion in the context of the regular school. This is a qualitative social approach research carried out at a school in the municipal education network of the municipality of Lauro de Freitas, Bahia, and had as interlocutors a student with visual impairment, the manager and the teacher responsible for the specialized care. The study revealed that, faced with the difficulties of Brazilian schools in including students with disabilities in the classroom, the reception of the school being researched is a major advance in the inclusion of students with disabilities. visual impairment, since, before the student was interviewed, she did not feel welcomed and included in the school.

**Keywords:** Education. Inclusion. Person with Visual Impairment.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Maurício de Nassau, Lauro de Freitas/Bahia. E-mail: [lanesm02@hotmail.com](mailto:lanesm02@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc/UNEB. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) pela Justiça Social – ABRAPS. Ex-Bolsista do Programa Internacional de Bolsa de Pós-Graduação da Fundação Ford. Professor da Fundação Visconde de Cairu. E-mail: [juran-araujo@hotmail.com](mailto:juran-araujo@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Uma escola inclusiva é aquela que se preocupa em modificar atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras e desenvolver uma sociedade inclusiva (Declaração de Salamanca, 1994).

O interesse pela temática da inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino surge a partir do relato de uma estudante com deficiência visual acerca das dificuldades encontradas no seu percurso educacional na escola regular. Hoje, com 28 anos de idade, a referida aluna encontra-se cursando o 8º ano do Ensino Fundamental. Em seu relato, ela nos conta que desde o começo de sua trajetória educacional até pouco tempo atrás tudo era muito difícil no seu cotidiano escolar, pois se sentia sozinha por ser a única aluna com deficiência na sala de aula. Assim, este estudo parte do seguinte questionamento: como o deficiente visual percebe a sua inclusão na escola do sistema regular de ensino? E parte dos pressupostos teóricos de Mantoan (2003, p. 54) que “ensinar na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”.

Trata-se de um recorte da pesquisa realizada numa escola da rede municipal de ensino, na cidade de Lauro de Freitas/BA, e que teve como interlocutores o gestor, um professor que desenvolve um trabalho direcionado aos alunos com deficiência e uma aluna com deficiência visual. No entanto, neste artigo, apresentaremos apenas a análise da fala da estudante. Assim, este estudo tem como objetivo compreender a concepção de uma estudante com deficiência visual acerca da sua inclusão no contexto da escola regular.

Metodologicamente, o estudo está ancorado na pesquisa de abordagem social qualitativa, uma vez que teve o ambiente natural como fonte direta para coleta de dados e o pesquisador como agente principal (MINAYO, 2012). Como pondera a referida autora, “o pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada” (MINAYO, 2012, p. 24). Para tanto, utilizou-se como dispositivos para a coleta de dados a observação in lócus e a entrevista semiestruturada com o gestor, o professor e a estudante, assim como uma visita a uma escola referência em inclusão e contou com o acompanhamento da presença da referida aluna.

O estudo fundamenta-se nos estudos de autores que discutem a temática, tais como: Mantoan (1997, 2003), Rodrigues (2006) que abordam sobre a inclusão de pessoas deficientes

nas escolas do sistema regular de ensino, referências na discussão sobre Educação Inclusiva; Gross (2015), Nunes e Lomônaco (2010), os quais tem como foco central de seus estudos a inclusão do deficiente visual; nas diretrizes da Declaração de Salamanca e da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e nos dados coletados com a pesquisa de campo. Buscando, desta forma, trazer a discussão acerca da inclusão do deficiente visual na escola regular na perspectiva da Educação Inclusiva.

#### *As Pessoas com Deficiência Visuais no Contexto da Educação Inclusiva*

O conceito de inclusão, assim como o conceito de deficiência vem sendo modificado ao longo dos tempos. Pode-se afirmar que a inclusão, mesmo com os avanços em termos de leis, práticas pedagógicas, políticas públicas, reivindicações e mobilizações da sociedade civil organizada, ainda é um campo em expansão. Segundo Rodrigues (2006),

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica inicialmente rejeitar a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno na comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva deve desenvolver práticas que valorizem a participação de cada aluno. (RODRIGUES, 2006, p. 306)

Assim, o contexto da educação inclusiva baseia-se no direito de cada indivíduo constatado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 26, 1948) e na Declaração de Salamanca (1994, p. 08), onde está posto que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”. Pois, de acordo com a referida declaração, as escolas regulares “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos”. (DECLARAÇÃO de Salamanca, 1994, p. 08)

Contudo, inúmeros e complexos são os desafios à inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula das escolas do sistema regular de ensino, principalmente no que diz respeito ao acesso, a permanência e o sucesso destes alunos. Os quais precisam ser vistos e respeitados como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular. A presença destes alunos no espaço e na sala de aula da escola regular precisa se dar de forma integrada com os demais estudantes, de modo que possam participar e vivenciar a experiência de pertencimento ao contexto e coletivo em que estão inseridos.

Na expectativa de superação dos desafios posto a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino nos dias atuais, compartilha-se do pensamento de Mantoan (2003),

As transformações da escola dependem de um compromisso coletivo de professores, gestores, pais e da sociedade. É difícil o dia a dia da sala de aula. Esse desafio que enfrentamos tem limite – o da crise educacional que vivemos, tanto pessoal como coletivamente, deste ofício que exercemos. (MANTOAN, 2003, p. 13)

Compreende-se então, para que a escola seja bem-sucedida no seu projeto de inclusão, é preciso a colaboração de toda a comunidade escolar: desde o agente de portaria, professores, gestores, até os pais/responsáveis, os quais devem ser um elo de ligação do aluno com a escola. É impossível o dia-a-dia dos alunos sem a participação de todos os envolvidos com o processo educacional na concretização de uma educação de qualidade e isso inclui a participação da família. No entanto, entende-se que o grande desafio da educação brasileira é a implantação de uma educação de excelência na qualidade do ensino oferecido, e um gestão escolar que atenda a todos os alunos sem discriminá-los por qualquer que seja o motivo, que reconheça, respeito e valorize as diferenças, seja ela qual for – gênero, idade, sexo, cor/raça, entre outras – como algo positivo e do nosso convívio cotidiano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, convalida a educação, que é dever do Estado e da família, dentro dos princípios de liberdade, igualdade, respeito, tolerância, solidariedade, produção e manutenção de um ensino de qualidade para todos. E, alterada pela Lei nº 12.796/13, orienta que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2013).

É notório, portanto, que a inclusão de pessoas com deficiência, não só a deficiência visual como tantas outras, no sistema regular de ensino, obriga a escola a afirmação de uma postura inclusiva, onde estes alunos podem reafirmar suas identidades, seus direitos à convivência entre diferentes e a riqueza pedagógica que esta convivência pode representar. A escola precisa pôr em prática uma educação para a emancipação dos seus alunos, independentemente se possui ou não algum tipo de deficiência. Como ressalta Pedrossian (2007, p. 113) a “educação para a emancipação precisa ser inserida não apenas no pensamento, mas na prática educacional e [...] a escola deve funcionar como um local privilegiado de reflexão contra atitudes preconceituosas, discriminatórias e opressivas”. Ou seja, a educação que é voltada para emancipação deve considerar pensamentos contra o preconceito e não que a inclusão constitui a possibilidade de emancipação em si.

A presença de alunos com deficiência no sistema regular de ensino se constitui também em possibilidade emancipatória para todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional, tenham eles deficiência ou não, uma vez que, o desenvolvimento social e cognitivo se dá na relação com o outro e com o meio. E mais, a principal característica da educação inclusiva é todos terem oportunidades igualitárias preservando as suas diferenças. Nesta perspectiva, a percepção visual é repleta de conceitos e juízos, e este é um fato relevante quando se pretende intermediar imagens para pessoas com deficiência visual, que, em muitos casos, jamais enxergaram (GROSS, 2015). Nessa direção, Arnheim (1986) ressalta que,

Longe de ser um registro mecânico de elementos sensórios, a visão prova ser uma apreensão verdadeiramente criadora da realidade – imaginativa, inventiva, perspicaz e bela. [...] Toda a percepção é também pensamento, todo o raciocínio é também intuição, toda a observação é também invenção. (ARNHEIM, 1986, p. 26)

Entende-se, assim, que incluir os alunos com deficiência na escola regular de ensino representa uma forma de assegurar a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, efetivando, desta forma, o que está posto tanto na legislação brasileira quanto na legislação internacional. Nessa assertiva, o ensino, os recursos didáticos e as estratégias pedagógicas devem proporcionar uma prática pedagógica que transforme a realidade da ação

educativa, na qual a diferença não signifique desvantagens para o acesso das pessoas com deficiência visual na escola.

### *A Inclusão na Percepção da Aluna com Deficiência Visual*

Ana Luiza<sup>3</sup>, a aluna com deficiência visual, interlocutora e que influenciou no desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada, ao ser questionada se gosta de estudar na escola que frequenta e se é bem acolhida pela equipe gestora e professores, confidenciou que gosta e se sente muito bem na interação com toda a comunidade escolar. Segundo ela, “no começo foi um pouco difícil, por eu ser a primeira aluna cega da escola, mais agora sim, me sinto acolhida” (ANA LUIZA, entrevista, 2016). Provavelmente, esse sentimento de acolhimento está relacionado ao fato da escola e toda a comunidade escolar ter um maior cuidado em lhe proporcionar um atendimento mais adequado as suas necessidades, e provavelmente também pelo fato de ter mais alunos com deficiência estudando na unidade escolar investigada.

Questionada sobre como foi o seu começo na escola atual, ressalta que:

No começo foi muito difícil, eu tinha muita dificuldade por parte dos professores que ignoravam a minha existência na sala, a interação era péssima. Alguns dias tive discussão com a professora de geografia por falta de atenção que ela não tinha comigo, invés de ser incluída eu era excluída.

Ou seja, a aluna teve que se impor para conseguir um pouco de atenção por parte dos profissionais da escola. No entanto, sobre os obstáculos que encontra desde que sai de casa até chegar a escola, ela relata que: “desde que saio de casa o meu primeiro obstáculo é no transporte, muitos motoristas ignoram a minha presença no ponto de ônibus. Fico lá até que apareça outras pessoas para que eles me vejam”. Essa fala de Ana Luiza revela as situações de insensibilidade que ela tem que superar para conseguir estudar, ou seja, o quanto algumas pessoas são insensíveis para com as pessoas com deficiência.

Ao ser questionada sobre como ela gostaria de ser tratada, foi taxativa em sua resposta: “deficiente visual”, pois, segundo ela, se sente incomodada com as pessoas a chamando de cega ou ceguinha. Termos pejorativos que as pessoas acham de tratar um indivíduo que tem alguma deficiência, e que, no seu entendimento, é uma forma de diminuição e não cabe no seu conceito de diferença, pois somos todos diferentes, e ninguém é igual ao outro. A esse respeito, Nunes e

---

<sup>3</sup> Por questões éticas e morais, bem como para preservar a identidade da aluna optou-se por utilizar nome fictício para nomeá-la.

Lomônaco (2010, p. 60) chama a atenção para o fato de que “a estigmatização do deficiente visual prejudica sua personalidade e autoestima. Por isso, é preciso um ambiente educacional o mais adequado possível para o desenvolvimento integral” da pessoa com deficiência visual.

Sobre como os colegas a trata em sala de aula, Ana Luiza relata que:

No começo eu me sentia muito só e também achava que os meninos não iriam me aceitar por ser a única aluna deficiente visual na sala de aula. Mas agora eles estão muito bem comigo, eles estão me ajudando. Os professores pedem para que eles sentem perto de mim para fazer áudio discríção, eles até brigam para querer sentar todos de vez. E olha que eu já estudo nessa escola há quase três anos (ANA LUIZA, entrevista, 2016).

Ou seja, a medida que Ana Luiza vai se posicionando, cobrando respeito de todos e, principalmente, a atenção dos professores para a sua presença na sala de aula, o contexto excludente em que se via inserida começa a mudar. Assim, aos poucos vai conseguido ser melhor acolhida e orientada na escola por parte de todos.

É bem verdade que todo começo é difícil para qualquer pessoa com ou sem deficiência, mas o que compete ressaltar é que assim que a escola começa a receber alunos com deficiência é ela que tem de se adaptar para recebê-los e não o contrário, como parece ter ocorrido com a interlocutora deste estudo, que teve que se posicionar e cobrar da escola essa adaptação. Sobre a sua maior dificuldade na sala de aula, Ana Luiza, diz que:

No começo [a maior dificuldade] foi de alguns professores que não sabiam como agir com uma aluna deficiente visual em sala de aula. Eu ficava meio que perdida, mas agora já estão um pouco melhor. E também os colegas que são muito barulhentos, não deixa eu me concentrar na sala, pois para um deficiente visual o silêncio é imprescindível e a sala não nos ajuda.

Nesta direção, pode-se dizer que outro problema é a dificuldade que o professor tem em envolver o aluno com deficiência visual em todas as propostas pedagógicas. Em sua maioria, costuma alegar que não possuem conhecimentos específicos para atuar enquanto professor na perspectiva inclusiva, visto que, no decorrer da sua formação acadêmica não adquiriu conhecimento suficiente para tamanho desafio. Para Nunes e Lomônaco (2010),

Em decorrência do pouco conhecimento sobre a deficiência visual, os professores frequentemente têm baixa expectativa quanto à aprendizagem do aluno. A crença equivocada da pouca capacidade de aprendizagem do aluno cego prejudica-o muito, uma vez que tende a minimizar as propostas

pedagógicas do professor. Outro ponto negativo quanto à educação do cego é a possibilidade do professor, por falta de preparo, adotar procedimentos educacionais tendo, como parâmetro, as formas de aprender do vidente. Em última instância, isso significa a recusa total do professor de encarar a deficiência e perceber suas possibilidades e limitações. (NUNES; LOMÔNACO, 2010, p. 61)

Ou seja, diante da falta de conhecimento sobre a deficiência visual, os professores acabam reproduzindo concepções estereotipadas e preconceituosas acerca do aluno com deficiência visual. Neste sentido, compartilha-se do pensamento de Nóvoa (1997, p. 29) que “a mudança educacional depende dos professores e da sua formação. Depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula e da mudança das organizações escolares e do seu funcionamento”. Caso contrário, mantem-se os preconceitos e estereótipos que, por conseguinte, influenciam para uma baixa autoestima destes estudantes.

Voltando à discussão acerca da percepção de Ana Luiza acerca da sua inclusão na escola regular, ao ser questionada sobre o que sente mais falta na escola para ter um bom aprendizado, ela é objetiva em sua resposta:

Na escola falta recurso para pessoas com necessidades especiais, como por exemplo: primeiro começa pela estrutura da escola que não oferece segurança para deficientes visual se mobilizarem, falta rampas, o piso tátil e alguns materiais importantes na sala de recurso, pois sem eles não tem como ter esse aprendizado de qualidade (ANA LUIZA, entrevista, 2016).

Como pode-se perceber, a questão dos recursos é um grande problema, pois não são suficientes para os estudantes que necessitam desses materiais para um bom desempenho na aprendizagem e que são de uso contínuo. Assim, Ana Luiza ao visitar uma escola referência em inclusão, observou que a escola tinha o piso tátil e onde ela estuda não tem esse piso.

De volta à sua realidade, na primeira oportunidade questionou o gestor da sua escola sobre o que ela observou na escola visitada. Este respondeu que a escola não tem o piso tátil, nem as sinalizações luminosa para os surdos, pois depende de recurso financeiro que vem de um projeto chamado acessibilidade, isto é, recurso que o governo federal deposita na conta da escola para que o gestor possa fazer as adaptações, como rampas e etc. Segundo ele, a escola não teve esse recurso que podia ser utilizado para instalar o referido piso e as lâmpadas de sinalização luminosa, mas, com a ajuda da comunidade, conseguiu fazer as rampas de acesso para os cadeirantes.

Diante o exposto, compartilha-se do pensamento de Mantoan (1997),



A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p. 120)

A respeito dessa modernização da escola para atender as demandas e necessidade dos estudantes com deficiência, o gestor disse ainda, na presença de Ana Luiza, que está dependendo das verbas federais para fazer as adaptações dos banheiros, colocar o piso tátil, as sinalizações luminosas, entre outros meios de acessibilidades necessários para uma real inclusão e na melhoria no desempenho de todos os envolvidos com o processo educativo.

O gestor confidenciou ainda que, embora saiba que a falta do piso tátil dificulte na locomoção da pessoa com deficiência visual, ele sempre chama a atenção e estimula Ana Luiza e Karen<sup>4</sup> (outra aluna com deficiência visual) a usar a bengala para conhecer e que elas precisam ir ao banheiro sozinhas, e dessa forma terem mais autonomia. Neste sentido, ao ser questionada porque ela não usa a bengala, a Ana Luiza disse que se sente incomodada porque já enxergou. “Na escola eu sinto vergonha, mas na rua eu uso, só na escola que não me sinto à vontade” (ANA LUIZA, entrevista, 2016). Na verdade, o que falta a Ana Luiza, provavelmente, é um trabalho que a estimule a utilizar a bengala, mesmo porque a escola apresenta uma série de obstáculos que dificultam a locomoção de todas as pessoas com ou sem deficiência e um risco pessoal para ela.

Ao ser questionada se ela faz a disciplina de educação física, respondeu: “Para nós a educação física é sempre teórica, o meu professor me ignorava na sala de aula, tudo que ele passava eu nunca sabia, então eu tive que comunicar ao diretor sobre esse professor”. Ou seja, a falta de tato do professor para lidar com o aluno com deficiência na sala de aula configura-se com um dos maiores desafios para que a inclusão destes realmente aconteça.

Questionada sobre se ela tivesse o poder de mudar alguma coisa na escola, o que ela mudaria, sua resposta foi bastante enfática:

Tudo! A escola não oferece estrutura para pessoas com necessidades especiais, eu não me sinto segura em andar pela escola. Só a bengala não basta para uma pessoa com deficiência visual explorar um espaço, tem que ter mobilidade e isso a escola não oferece. Mudaria também o pátio, as salas e os banheiros.

---

<sup>4</sup> Nome fictício.

Ou seja, a escola não possui uma estrutura adequada a inclusão do aluno com deficiência visual no seu espaço, tanto no que diz respeito aos recursos materiais de acessibilidade quanto no que diz respeito aos recursos humanos (professores qualificados para trabalhar com esses alunos). Muitas são as lacunas a serem preenchidas para que a escola regular se torne de fato inclusiva.

Para finalizar a entrevista, perguntou-se o que ela gostaria de fazer quando terminar o Ensino Médio, sem pensar muito, respondeu de forma segura: “Eu tenho vontade de fazer faculdade de Direito”. Um desejo possível, pois o fato de ter deficiência visual não é empecilho para cursar a faculdade de direito, muito menos para exercer a profissão. Segundo Ana Luiza, hoje ela já conta com o acolhimento da equipe gestora, professores e colegas de classe, com os quais antes tinha uma grande dificuldade de aproximação, pois os mesmos não compreendiam o significado de inclusão e agora disputam entre eles para ver quem senta ao seu lado na sala de aula.

Entende-se que as dificuldades encontradas por Ana Luiza foram resolvidas, em partes, pois, conforme nos confidenciou, agora ela se sente muito bem acolhida na escola por parte de toda a comunidade escolar, do agente de portaria aos colegas de classe. No entanto, ainda encontra dificuldades, principalmente no que diz respeito à acessibilidade, uma vez que a estrutura da escola não atende as suas necessidades especiais. Logo, como ressalta Mantoan (2003, p. 78), “são as escolas que tem que mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas. O direito à educação é indisponível e natural, não admitindo barganhas”.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As falas de Ana Luiza, em linhas gerais, revelaram que nos últimos dois anos vem ocorrendo mudanças na unidade escolar onde a mesma estuda e na prática dos professores no que diz respeito ao trabalho com o aluno com deficiência visual, como também uma postura motivada e participativa desses educandos no cotidiano escolar, apresentando avanços importantes no desenvolvimento cognitivo e social dos mesmos. No entanto, o estudo evidenciou que, mesmo com esses avanços, a unidade escolar ainda não dispõe de recursos adequados e suficientes para atender a necessidades dos alunos com deficiência, deixando a desejar em vários aspectos, inclusive, na questão da acessibilidade.

Assim, pode-se inferir que, diante das dificuldades das escolas brasileiras em incluir de fatos os alunos com deficiência no dia a dia da sala de aula, o acolhimento da escola onde Ana Luiza estuda, configura-se como um grande avanço no que diz respeito à inclusão de estudantes com deficiência visual, uma vez que, antes a aluna não se sentia acolhida.

Na perspectiva de mudanças efetivas, é de fundamental importância que a escola e os profissionais que nela atuam aprofundem os conhecimentos sobre a proposta da educação inclusiva. É necessário a apropriação efetiva de teorias, aspectos legais, papel da família e do poder público, como também, estratégias pedagógicas que consolidem a inclusão do educando com deficiência, visto que a inclusão é uma realidade que precisa ser solidificada no cotidiano da sala de aula da escola regular. Uma vez que, como ressaltam Glat, Pletsch e Fontes (2007, p. 348) os alunos com deficiência, “independente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser incluídos diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades na própria classe regular”.

Enfim, a discussão acerca da inclusão de pessoas com deficiência, em particular de pessoas com deficiência visual, no sistema regular de ensino, certamente, está longe de ser esgotada. Mesmo com o número expressivo de estudos e pesquisas, assim como da existência de algumas políticas públicas nesta área, ainda temos muito a avançar. É fundamental entender que a escola inclusiva precisa trabalhar os estudantes com deficiência, no caso específico deste estudo, o aluno com deficiência visual estimulando a sua independência. Para isso, precisa criar adaptações necessárias à inclusão destes estudantes, porque a visão não envolve apenas o sensorial, outros sentidos colaboram com esta ação em que a cultura é um fator crucial.

## REFERÊNCIAS

ARNHEIM, R. **Arte e Percepção Visual**: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira, 1986.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/Presidência da República, 2013.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista Educação(UFSM)**, Santa Maria, n. 2, p. 343-356, 2007.

GROSS, Leila. **Arte e Inclusão**: o Ensino da Arte na inclusão de alunos com deficiência visual no Colégio Pedro II. 2015, Tese (Doutorado em Educação) Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 09-30.

NÓVOA, Antonio (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NUNES, S; LOMÔNACO, J. F. B. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 55-64, Jan./Jun. 2010.

PEDROSSIAN, D. R. S. Educação e Emancipação: para onde a educação deve orientar? **Revista Inermeio**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, 2007.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

Recebido em 05 de outubro de 2017.

Aprovado em 31 de janeiro de 2018.